



Novas tarifas dos EUA preservam quase metade das exportações brasileiras ao mercado norte-americano

Senado aprova redução de PIS/Pasep e Cofins e amplia competitividade da indústria química e petroquímica

O Senado Federal aprovou, nesta quinta-feira (26), o projeto de lei que reduz as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins para a indústria química e petroquímica, mantendo o texto aprovado pela Câmara dos Deputados sob relatoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). A proposta tem como objetivo ampliar a competitividade do setor ao promover a desoneração tanto da produção nacional quanto da importação de insumos estratégicos utilizados ao longo da cadeia produtiva.

Segundo estimativas do Governo Federal, a medida implicará uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em 2026. Para compensar esse impacto nas contas públicas, o projeto prevê uma arrecadação estimada em R\$ 2 bilhões, oriunda do corte de benefícios fiscais e da nova tributação sobre apostas esportivas (bets) e empresas de tecnologia financeira (fintechs), aprovada pelo Congresso Nacional no ano anterior.

A redução das alíquotas alcança centrais petroquímicas e indústrias que utilizam matérias-primas essenciais, como nafta, gás natural, etano e amônia. De acordo com o texto aprovado, a iniciativa busca estimular novos investimentos, ampliar a previsibilidade tributária e fortalecer a produção nacional de insumos e derivados estratégicos, como eteno, propeno e benzeno, contribuindo para a retomada da competitividade da indústria química brasileira frente ao mercado internacional.

O alívio tributário será implementado de forma escalonada ao longo dos próximos dois anos. Entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins serão fixadas em 1,52% e 7%, respectivamente. Já no período de março a dezembro de 2026, os percentuais serão reduzidos para 0,62% no caso do PIS/Pasep e 2,83% para a Cofins. A desoneração contempla matérias-primas como etano, propano, butano, nafta petroquímica, gás natural, amônia, condensados, eteno, propeno, benzeno, tolueno e butadieno.

Fonte: Senado Federal; Câmara dos Deputados

Novas tarifas dos EUA preservam quase metade das exportações brasileiras ao mercado norte-americano

O governo brasileiro informou que o

novo regime tarifário adotado pelos Estados Unidos deve poupar cerca de 46% das exportações brasileiras ao mercado norte-americano, segundo nota divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A mudança ocorreu após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, que derrubou as tarifas recíprocas impostas pelo governo do presidente Donald Trump com base em legislação de emergência nacional, abrindo caminho para um novo marco tarifário que altera substancialmente o cenário de comércio bilateral.

Conforme o MDIC, aproximadamente US\$ 17,5 bilhões em produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos passarão a ser comercializados sem qualquer sobretaxa adicional, representando assim quase metade do total exportado ao país norte-americano. Além disso, cerca de 25% das exportações brasileiras (aproximadamente US\$ 9,3 bilhões) ficarão sujeitas à tarifa global de 10% prevista na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974, percentual que pode ser elevado para até 15% conforme decisão do governo americano. Já os 29% restantes (cerca de US\$ 10,9 bilhões) continuarão sujeitos às tarifas setoriais previstas na chamada Seção 232, aplicadas de forma linear a diversos países com base em argumentos de segurança nacional.

Antes das alterações, cerca de 22% das exportações brasileiras enfrentavam sobretaxas elevadas de até 40% ou 50%. Dentre os principais produtos beneficiados, o MDIC destacou as aeronaves, que passaram a ter alíquota zero para ingresso no mercado estadunidense — uma mudança relevante considerando que esse item figurou como o terceiro mais importante na pauta exportadora brasileira para os EUA em 2024 e 2025.

O novo regime tarifário também beneficia diversos segmentos industriais brasileiros, entre os quais máquinas e equipamentos, calçados, móveis, confecções, madeira e produtos químicos, que deixam de enfrentar tarifas elevadas e passam a competir sob alíquotas isonômicas no mercado norte-americano. No setor agropecuário, itens como pescados, mel, tabaco e café solúvel também serão impactados positivamente pela redução das sobretaxas.

Fonte: Agência Brasil; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)



SIQUIRJ INFORMA

Nº 282

Fev/2026

Editorial

O mês de fevereiro foi marcado por decisões relevantes no cenário econômico e regulatório, com impactos diretos sobre a indústria química e seus segmentos associados. As recentes movimentações nas áreas tributária, comercial, energética e trabalhista reforçam a importância de um ambiente de negócios mais previsível, competitivo e alinhado às necessidades do setor produtivo.

A aprovação da redução das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins para a indústria química e petroquímica representa um avanço importante ao reduzir custos estruturais e estimular investimentos, atendendo a uma demanda histórica do setor. A medida contribui para fortalecer a produção nacional e ampliar a competitividade frente ao mercado internacional.

No comércio exterior, as alterações no regime tarifário dos Estados Unidos preservam parcela relevante das exportações brasileiras, criando oportunidades para diversos segmentos industriais, inclusive o químico. Ainda assim, o cenário global segue instável, exigindo estratégias de diversificação de mercados e políticas industriais consistentes.

No campo energético, o aumento da produção de petróleo consolida o Brasil como exportador de óleo bruto, mas a dependência de derivados importados evidencia gargalos estruturais na cadeia de refino e petroquímica, reforçando a necessidade de investimentos que agreguem valor à produção nacional.

A elevada importação de fertilizantes destaca a dependência externa de insumos estratégicos e a relevância da indústria química para o agronegócio. Soma-se a esse contexto o debate sobre a redução da jornada de trabalho, que traz preocupações quanto ao aumento de custos e seus efeitos sobre a competitividade das empresas.

Diante desse cenário, o SIQUIRJ reafirma seu compromisso em acompanhar e atuar de forma propositiva nos temas que impactam a indústria química, defendendo políticas públicas que promovam desenvolvimento, segurança jurídica e competitividade para o setor no Estado do Rio de Janeiro.

Brasil amplia produção de petróleo, consolida exportações de óleo bruto e mantém dependência de derivados

O Brasil acelerou sua produção de petróleo e gás natural em 2025, alcançando níveis históricos e reforçando sua posição como exportador mundial de petróleo bruto, conforme dados compilados a partir de análises setoriais e boletins do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção total de petróleo e gás no país atingiu uma média expressiva, impulsionada por um aumento de mais de 13% na produção de petróleo em relação ao ano anterior, com destaque para o pré-sal, que continua a liderar os volumes extraídos e a sustentar a estratégia produtiva brasileira. Nesse cenário, cerca de 51% da produção nacional de petróleo bruto foi destinada ao mercado externo, consolidando o Brasil como um dos principais fornecedores globais dessa commodity.

O desempenho exportador tem sido crescente, com o petróleo bruto ocupando posição de destaque na pauta comercial brasileira, superando produtos tradicionais e reforçando a relevância do setor energético na economia nacional. A expansão das exportações é um reflexo direto do incremento produtivo e da inserção de novas plataformas e unidades operacionais no segmento de exploração e produção.

Entretanto, apesar do avanço na produção de óleo e gás e da sólida performance no comércio externo de petróleo cru, o Brasil mantém uma forte dependência de importações de derivados de petróleo, como gasolina e diesel, para atender à demanda interna. Essa dinâmica evidencia uma “contradição estrutural” no setor energético nacional, em que o país exporta grande parte de seu petróleo bruto enquanto adquire no exterior volumes significativos de combustíveis e derivados com maior valor agregado. Especialistas do setor apontam que a capacidade de refino interna ainda é insuficiente para absorver integralmente a produção nacional e satisfazer o consumo doméstico, o que reforça a necessidade de investimento e expansão das unidades de refino como estratégia essencial para reduzir a vulnerabilidade externa do país e agregar mais valor à cadeia produtiva do petróleo.

Nesse contexto, a expansão da capacidade de refino e o fortalecimento da indústria nacional de derivados são apontados como passos fundamentais para aumentar a autossuficiência energética, promover maior valor agregado às exportações e reduzir a dependência de produtos refinados importados — um movimento que pode também contribuir para ampliar a competitividade das cadeias industriais conexas, incluindo a petroquímica e outros segmentos intensivos em derivados de petróleo.

Fonte: O Estado de S. Paulo; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Importações de fertilizantes mantêm ritmo elevado e reforçam dependência externa do agronegócio brasileiro

O Brasil registrou a importação de 4,852 milhões de toneladas de fertilizantes no

período de 1º a 23 de fevereiro, apontando um ritmo intenso nas operações logísticas de suprimento agrícola no início de 2026, conforme dados divulgados pela agência marítima Williams Brasil. O volume importado no intervalo analisado reflete a continuidade do movimento de aquisições externas de insumos essenciais para a produção agrícola nacional e reforça a importância das cadeias logísticas portuárias no abastecimento dos mercados internos e regionais.

No detalhamento da movimentação por terminais, o Porto de Santos (SP) aparece como o principal ponto de entrada de fertilizantes, com cerca de 1,664 milhão de toneladas previstas para desembarque no período observado, atendendo principalmente os polos agrícolas do Sudeste e do Centro-Oeste do país. Em segundo lugar, figura o porto de Paranaguá (PR), com aproximadamente 961,9 mil toneladas agendadas para descarga, mantendo sua relevância como um dos principais corredores logísticos para o agronegócio brasileiro, especialmente na região Sul e parte do Centro-Oeste.

O levantamento da Williams Brasil considera não apenas as embarcações já atracadas, mas também aquelas aguardando atracação ou com previsão de chegada até 10 de maio, o que proporciona uma estimativa mais ampla da movimentação de fertilizantes que estará disponível no mercado interno nos próximos meses. Essa perspectiva de fluxo reforça a dependência estrutural do país de insumos importados para a nutrição de culturas produtivas e destaca o papel estratégico dos principais portos na cadeia de abastecimento agrícola.

O movimento observado em fevereiro integra um contexto mais amplo em que o Brasil segue como um dos maiores importadores globais de fertilizantes — um reflexo tanto da dimensão de sua agricultura exportadora quanto da necessidade contínua de insumos para manter elevados níveis de produtividade. Dados consolidados mostram que o país registrou volumes recordes de importações em 2025, com cerca de 45,5 milhões de toneladas importadas ao longo do ano anterior, ressaltando a intensidade e a escala desse fluxo de insumos essenciais à produção agrícola.

Fonte: Williams Brasil

Redução da jornada de trabalho pode elevar custos empresariais e impactar a competitividade da indústria

A proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais pode elevar substancialmente os custos empresariais no Brasil, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A estimativa aponta que a adaptação dessa mudança na legislação trabalhista poderia resultar em um aumento de R\$ 178,2 bilhões a R\$ 267,2 bilhões por ano nos custos com empregados formais, o que representaria cerca de 7% a mais na folha de pagamentos das empresas brasileiras.

O estudo considera dois cenários para manter o mesmo volume de trabalho atual: a compensação da redução por meio de pagamento de horas extras aos trabalhadores atuais ou pela contratação de novos empregados. Em ambos os casos, observa-se impacto relevante nas despesas

empresariais, refletindo diretamente na competitividade da economia.

Entre os setores mais afetados, a projeção indica que a indústria da construção e a indústria de transformação serão particularmente pressionadas, com elevações nos gastos com pessoal que podem superar 11% nos custos da folha. Já segmentos como comércio e agropecuária também apresentariam aumentos significativos, variando conforme o perfil da compensação adotada pelas empresas.

A projeção da CNI também aponta que micro e pequenas empresas seriam as mais impactadas proporcionalmente, uma vez que muitas possuem um número maior de trabalhadores com jornadas superiores a 40 horas semanais. No cenário com horas extras, empresas com até nove empregados poderiam enfrentar um incremento de até 13% nos custos com pessoal, enquanto companhias maiores teriam aumentos relevantes em termos absolutos e percentuais.

Conforme destacado pela entidade, a medida tem o potencial imediato de elevar em aproximadamente 10% o valor da hora trabalhada regular para trabalhadores com contratos acima de 40 horas semanais. A CNI ressalta que, caso a redução não seja compensada adequadamente, a dinâmica pode pressionar custos, reduzir a produção, afetar a competitividade e impactar indicadores macroeconômicos, incluindo emprego e renda no país.

Fonte: G1; Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
E-mail: siquirj@siquirj.com.br
Home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2024/2028

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Anderson Azevedo Lopes Assumpção (Secretário)
Alexandre Fagundes de Mattos (Tesoureiro)

Suplentes

Maurício Nogueira Moreira
Sérgio Saccomandi de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Carolina Simões Tavares

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Wagner Ferreira Borges
Nicolau Pires Lages

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Isaac Plachta
Suplentes
Carlos Roberto da Silva
Roberto Pinho Dias Garcia